

ARTIGO ORIGINAL

# Suporte social percebido em crianças e jovens portugueses em diferentes tipologias familiares e acolhimento residencial

Perceived social support among Portuguese children and youth in different family typologies and residential care

Paula Ferreira <sup>1</sup>  
Fátima Gameiro <sup>1</sup>  
Ana Pedro <sup>2</sup>

<sup>1</sup> Universidade Lusófona, Instituto de Serviço Social (ISS/UL-CUL), CISIS, Lisboa, Portugal

<sup>2</sup> Santa Casa da Misericórdia de Santarém, Lar dos Rapazes e Primeiro Passo (LR/PP-SCMS), Santarém, Portugal

Recebido: 8/2/2023; Revisto: 16/03/2023; Aceite: 21/04/2023.

<https://doi.org/10.31211/rpics.2023.9.1.291>



## Resumo

**Contexto e Objetivo:** O suporte social pode ser um fator protetor para crianças/jovens, reduzindo os efeitos do stress e melhorando a estabilidade psicoemocional e relacional. Este estudo teve como objetivo conhecer o suporte social percebido em crianças e jovens portugueses e entender como é influenciado pelo contexto familiar/residencial em que vivem. **Métodos:** Foram aplicadas as Escalas de Perceção de Suporte Social de Amigos e Família (PSS-Par e PSS-Fam), presencialmente e através do Google Forms, a 250 crianças e jovens entre 10 e 21 anos ( $M = 16,4$  anos), 25,2% em acolhimento residencial, 51,6% em famílias nucleares intactas, 13,2% em famílias monoparentais e 10,0% em famílias reconstituídas, maioritariamente do sexo feminino (55,2%). **Resultados:** As crianças/jovens em acolhimento residencial perceberam menor suporte social pelos pares do que as demais ( $p < 0,05$ ). As crianças/jovens em acolhimento perceberam menor suporte social familiar do que os que viviam em famílias nucleares intactas ( $p < 0,05$ ). **Conclusões:** Estes resultados evidenciam a importância de garantir suporte social adequado em crianças/jovens como fator protetor do desenvolvimento psicoemocional, relacional e social, especialmente às integradas em acolhimento residencial e famílias reconstituídas.

**Palavras-Chave:** Suporte social; Perceção; Crianças; Jovens; Tipologia familiar; Acolhimento residencial; Estudo quantitativo.

DI&D | ISMT

rpics@ismt.pt

<https://rpics.ismt.pt>

Publicação em Acesso Aberto

©2023. O(s) Autor(es). Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob a Licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução sem restrições em qualquer meio, desde que o trabalho original seja devidamente citado.

Paula Ferreira

Instituto de Serviço Social, Univ. Lusófona – Centro Universitário de Lisboa  
Av. Campo Grande 376, 1749-024 Lisboa, Portugal  
Tel.: +351 960073849  
E-mail: paula.ferreira@ulusofona.pt

## Abstract

**Background and Aim:** Social support can be a protective factor for children and youth, reducing the effects of stress and improving psychosocial and relational stability. This study aimed to understand the perception of social support among Portuguese children and youth and how it is influenced by their household composition. **Methods:** The Perception of Social Support from Friends and Family (PSS-Par and PSS-Fam) scales were administered in person and through Google Forms to 250 children and youth between 10 and 21 years old ( $M = 16.4$  years), with 25.2% in residential care, 51.6% in intact nuclear families, 13.2% in single-parent families, and 10.0% in reconstituted families, mostly female (55.2%). **Results:** Children and youth in residential care perceived less social support from peers than those in other living arrangements ( $p < .05$ ). Children and youth in residential care perceived less social support from family than those in intact nuclear families ( $p < .05$ ). **Conclusions:** These findings highlight the importance of providing adequate social support for children and youth, especially those living in residential care, and in reconstituted families, as a protective factor for their psychosocial, relational, and social development.

**Keywords:** Social Support; Perception; Child; Adolescent; Family setting; Residential Care; Quantitative study.

## Introdução

As crianças desenvolvem (auto)regulação emocional em contextos relacionais, construindo modelos internos que resultam em representações dos outros, de si mesmas e do seu próprio valor (Candeias et al., 2018). As relações com figuras de referência, em particular, exercem um poder significativo no ajustamento psicoemocional e relacional desde a primeira infância até à adolescência (Blakely-McClure & Ostrov, 2016), influenciando a autoavaliação (em termos de autoconceito e autoestima), comportamento e percepção das redes de suporte social de cada criança ou jovem.

De acordo com a literatura, a família desempenha um papel crucial no desenvolvimento de crianças e adolescentes. Ela pode ser vista como um refúgio, onde predominam sentimentos de intimidade, afetividade, solidariedade e privacidade, ou como um lugar de inautenticidade, dominado por sentimentos de opressão, obrigação, egoísmo e violência (Ramos, 1993). Como o primeiro grupo social de pertença do indivíduo, a família deveria assumir-se como um espaço privilegiado para a transmissão de comportamentos e competências, capacitando as crianças e jovens para a vida futura. No entanto, quando tais competências não existem ou não são transmitidas de forma *securizante*, ou quando há abandono e desresponsabilização por parte dos pais, as crianças e jovens podem encontrar nos grupos de pares um lugar de referência. Essa situação pode conduzir a percursos favoráveis à delinquência (Beardslee et al., 2019) e aumentar o risco de comportamentos agressivos (Qi, 2019).

Segundo Del Prette e Del Prette (2005), é possível identificar dois grandes grupos de problemas de comportamento em crianças/jovens: os externalizantes, que se manifestam predominantemente em relação aos outros (envolvendo frequentemente agressividade física e/ou verbal, comportamentos opositores ou desafiantes, condutas antissociais e comportamentos de risco); e os internalizantes, que se manifestam predominantemente em relação a si próprios (traduzidos muitas vezes em depressão, isolamento social e fobia social). Diversos estudos consideram que um dos fatores associados aos comportamentos problemáticos de crianças/jovens está relacionado com os estilos parentais adotados na educação (Carmo et al., 2021; Carvalho-Simões et al., 2022). Ferreira e Marturano (2002) verificaram que crianças com comportamentos problemáticos apresentam maiores dificuldades nas relações parentais. Essas relações são muitas vezes marcadas por estilos parentais reativos, caracterizados por interações negativas, menor preocupação com a segurança e necessidades dos filhos e pelo uso de

ameaças e agressão física. Tal como verificado por Peixoto (2004), a percepção da qualidade do relacionamento familiar pode afetar o desempenho académico e o comportamento da criança e adolescente. Além disso, pode influenciar dimensões interpessoais, incluindo a sua aceitação social, atração romântica e aparência física.

Quanto à importância da família, vários estudos mostraram que as novas tipologias familiares podem ter um impacto significativo no desenvolvimento psicossocial das crianças/jovens (Almeida, 2014; Bastos, 2022; Bester & Malan-Van Rooyen, 2015; Foran et al., 2022). De acordo com Almeida (2014), existem para além das famílias nucleares intactas novas tipologias que incluem as monoparentais, reconstituídas e alargadas. As novas formas de família exigem a reorganização das relações e dinâmicas familiares e impõem aos pais a redefinição da sua parentalidade e a avaliação da sua conjugalidade. Essas novas formas de família também têm sido vistas como potencialmente mais problemáticas quanto ao seu funcionamento e capacidade adaptativa (Almeida, 2014), afetando o modo como as crianças/jovens percebem seu lugar na família, se autoavaliam em termos de autoestima e autoconceito e se relacionam com os outros (Bastos, 2022; Bester & Malan-Van Rooyen, 2015; Foran et al., 2022).

Relativamente às famílias monoparentais, o estudo de Lucas (2012), que incluiu 43 mães solteiras, analisou a percepção que as famílias monoparentais femininas têm das suas forças familiares, suporte social e saúde mental, encontrando uma correlação positiva entre estas variáveis. Esta ideia também é encontrada em outros estudos, demonstrando a importância do suporte social, especialmente em famílias monoparentais (Cook, 2012; Keim, 2017). Em relação ao efeito da estrutura familiar no bem-estar de crianças/jovens, Harkness e Salgado (2018) descobriram que, apesar de confirmar diferenças no desempenho cognitivo e bem-estar emocional entre crianças em famílias monoparentais e biológicas, estes são amplamente resultado de outros fatores que não a monoparentalidade, como perda de rendimento e problemas de saúde mental materna. Em comparação com crianças em famílias com ambos os pais biológicos, as crianças em famílias monoparentais tinham menos suporte e controlo parental, menos contato parental (Amaro, 2005) e pior desempenho académico (De Lange & Dronkers, 2018; Harkness & Salgado, 2018). No entanto, as implicações da monoparentalidade no desenvolvimento das crianças/jovens são complexas. A literatura destaca as consequências positivas e negativas da monoparentalidade na interação mãe-filho. A falta de tempo devido ao emprego e às responsabilidades pode criar sentimentos de insuficiência e afetar a relação e as interações com as crianças (Blair-Loy, 2003; Nomaguchi et al., 2005). Por outro lado, o tempo a sós pode proporcionar *feedback* positivo sobre o bem-estar das mães, proporcionando-lhes uma fonte de significado no seu papel de cuidadoras (Edin & Kefalas, 2005; Villalobos, 2014). Meier et al. (2016) concluíram que, em geral, as mães que vivem sós com seus filhos relatam menos felicidade e mais tristeza, *stress* e fadiga na parentalidade do que as mães em casal. No entanto, o emprego parece ser um importante mediador, pois as mães empregadas que vivem sós com seus filhos parecem estar mais felizes e menos estressadas do que as que estão desempregadas (Meier et al., 2016). Estes papéis podem resultar em exaustão e em parentalidade mais severa (Breitkreuz et al., 2010), bem como na incapacidade de supervisionar as crianças. Contudo, os resultados de um estudo mais recente (Golombok et al., 2021) sugerem que a qualidade das relações familiares é mais importante para um desenvolvimento harmonioso das crianças do que a presença de ambos os pais.

Portanto, a dinâmica das famílias monoparentais deve ser examinada em um contexto mais amplo de crescente diversidade e complexidade das condições de vida familiares, normas e práticas. Além disso, é importante analisar a dinâmica das famílias monoparentais em uma perspectiva de ciclo de vida, dada a mudança das formas familiares, pausas e descontinuidades na vida familiar (Letablier & Wall, 2017).

No que se refere às famílias reconstituídas, Kennett (2001) constatou que os papéis e comportamentos parentais seguiam as expectativas e estereótipos convencionais. Além disso, o funcionamento familiar nessas famílias era influenciado pela dinâmica conjugal, grau de concordância entre os membros em relação aos valores parentais e pelo sexo do filho ou enteado mais velho.

Quanto ao acolhimento residencial, a análise das crianças/jovens acolhidos no sistema de proteção infantojuvenil também revela desafios ao seu desenvolvimento. A colocação fora do ambiente familiar e a permanência prolongada em instituições pode ser entendida como mais uma forma de violência para estas crianças/jovens (Siqueira & Dell'Aglio, 2010). O acolhimento residencial afeta a vinculação afetiva das crianças/jovens, podendo comprometer o seu desenvolvimento cognitivo e emocional (Oliveira & Próchno, 2010; Sigal et al., 2003), afetando o bem-estar subjetivo e aumentando a propensão para o absentismo e abandono escolar (Berridge et al., 2020; Lausten & Fredriksen, 2016). Além disso, a duração do tempo de institucionalização pode afetar negativamente a rede de apoio e a percepção de proximidade nas relações (Siqueira & Dell'Aglio, 2010). Estes resultados reforçam a ideia de que a relação afetiva e de proximidade com alguém que se importe genuinamente com a criança e jovem é um fator protetor essencial para o seu desenvolvimento emocional (Bronfenbrenner, 2011). Em complemento dos anteriores, os estudos de Gameiro et al. (2022a, 2022b) fornecem *insights* importantes sobre o ajustamento emocional de crianças/jovens em diferentes contextos familiares, incluindo aqueles em acolhimento residencial. O estudo realizado por Gameiro et al. (2022a) comparou o ajustamento de crianças/jovens em acolhimento residencial e em família de origem. Os resultados mostraram que as crianças em acolhimento apresentavam níveis mais baixos de autoconceito, autoestima e suporte social percebido dos pares e da família, além de apresentarem uma maior agressividade. Já o estudo de Gameiro et al. (2022b) comparou o autoconceito e a autoestima de crianças/jovens em diferentes tipos de família, incluindo família nuclear, reconstituída, monoparental e acolhimento residencial. Os resultados mostraram que o autoconceito e a autoestima foram mais elevados nas crianças/jovens em família nuclear, seguidas pelas que se encontravam em família reconstituída e monoparental, enquanto as que se encontravam em acolhimento residencial apresentaram um ajustamento emocional mais fragilizado. Contudo, estudos que consideram a perspectiva contextual do desenvolvimento têm demonstrado que ser acolhido temporariamente em casa de acolhimento pode contribuir para que a criança e jovem constitua uma rede de apoio satisfatória, capaz de propiciar sentimento de confiança e processos proximais que favorecem o seu desenvolvimento psicológico e social (Dalbem & Dell'Aglio, 2008; Siqueira & Dell'Aglio, 2010).

Tal como a família, também o grupo de amigos desempenha um papel fundamental no desenvolvimento das crianças/jovens, permitindo-lhes adquirir competências pessoais e sociais, além de proporcionar um sentimento de pertença e contribuir para o desenvolvimento da autoestima e do autoconceito. No entanto, a pressão do grupo e o reforço do preconceito contra outros grupos podem ter efeitos negativos (Papalia & Feldman, 2013). As crianças/jovens que são rejeitados pelos seus pares correm um risco maior

de desenvolver problemas emocionais e comportamentais (Papalia & Feldman, 2013). Desta forma, a percepção das suas competências pessoais e habilidades sociais depende muito dos pares, especialmente para os jovens adolescentes (Lorijn et al., 2022; Miklikowska et al., 2022; Papalia & Feldman, 2013). O estatuto que eles consideram possuir e o julgamento que recebem dos pares têm uma grande influência na sua autoavaliação, comportamentos e imagem social e pessoal (Lorijn et al., 2022; Miklikowska et al., 2022; Papalia & Feldman, 2013). Campos et al. (2019) mostraram que a não participação em atividades de grupo (como desporto e lazer) encontra-se associada a diversos problemas de saúde mental (eg., comportamento agressivo) e Rodrigues e Barbosa-Ducharne (2017) associam o bem-estar à importância que as crianças/jovens institucionalizadas atribuem à participação, ou seja, a possibilidade de poderem contribuir para a evolução de sua vida e para a gestão da Casa de Acolhimento.

Em síntese, a revisão da literatura mostrou a importância dos vários contextos em que crianças e jovens estão inseridos para o seu ajustamento, bem como do grupo de pares no desenvolvimento das suas competências pessoais e sociais. No entanto, crianças/jovens em acolhimento residencial apresentam maiores dificuldades emocionais e comportamentais em comparação com aqueles que vivem com as suas famílias. Também foi destacado o papel dos pares no desenvolvimento das competências pessoais e sociais das crianças/jovens, bem como o impacto da rejeição pelos pares. Embora os estudos apresentados ofereçam uma visão geral dos fatores que influenciam o desenvolvimento das crianças/jovens, ainda existem algumas lacunas no conhecimento. Por exemplo, em Portugal, é necessário investigar mais sobre o desenvolvimento de crianças/jovens em contextos de famílias monoparentais, reconstituídas e em acolhimento residencial, bem como a importância dos pares. Essas lacunas justificam os objetivos deste estudo: conhecer a percepção de crianças e jovens em relação ao suporte social da família e dos pares e perceber como isso é influenciado pelo contexto familiar/residencial em que vivem.

## Método

### Participantes

Nesta investigação, participaram 250 crianças e jovens, que foram incluídas com base em três critérios: 1) ter idade entre os 10 e 25 anos, 2) possuir nacionalidade portuguesa, e 3) manifestar interesse em participar no estudo. A amostra foi composta por crianças e jovens entre os dez e 21 anos, com uma idade média de 16,43 ( $DP = 2,84$ ). Dos participantes, 63 residiam em casa de acolhimento com medidas de promoção e proteção (25,2%), 129 viviam em famílias nucleares intactas (51,6%), 33 em famílias monoparentais (13,2%) e 25 em famílias reconstituídas (10,0%). A maioria dos participantes era do sexo feminino (55,2%).

### Instrumentos

#### *Escalas de Percepção de Suporte Social da Família e dos Amigos (PSS-Fam e PSS-Par)*

As PSS-Fam e PSS-Par foram desenvolvidas por Procidano e Heller (1983) e adaptadas para a população portuguesa por Gouveia et al. (2015). Cada uma é composta por 20 itens, totalizando 40 itens, numa

escala de 3 pontos (*Sim, Não e Não Sei*) que avaliam a percepção de suporte social das crianças e jovens respeitante às suas relações com a família e amigos. A pontuação é dada somando-se um ponto para cada item que reflete apoio social percebido. A validação portuguesa (Gouveia et al., 2015) revelou uma estrutura unidimensional para cada escala, explicando 62,0% (PSS-Par) e 52,3% (PSS-Fam) da variância total e bons índices de fiabilidade, com alfas de Cronbach de 0,87 (PSS-Par) e 0,84 (PSS-Fam). No presente estudo, o alfa foi de 0,91 (PSS-Fam) e 0,87 (PSS-Par), indicando boa consistência interna. O suporte social foi analisado em cinco classes normalizadas, variando em função do género. Para a PSS-Par, no caso feminino, utilizou-se a seguinte classificação: inferior (0–4 pontos), médio inferior (5–11 pontos), médio (12–17 pontos), médio superior (18–19 pontos) e superior (20 pontos). Já no caso masculino, a classificação foi inferior (0–3 pontos), médio inferior (4–10 pontos), médio (11–17 pontos), médio superior (18–19 pontos) e superior (20 pontos). Para a PSS-Fam, a classificação é igual para ambos os géneros: inferior (0–4 pontos), médio inferior (5–11 pontos), médio (12–16 pontos), médio superior (17–18 pontos) e superior (19–20 pontos) (Gouveia et al., 2015).

## Procedimento

Após aprovação institucional e parecer positivo da comissão de ética, foi efetuado o levantamento do número de casas de acolhimento residencial existentes em Portugal. De acordo com o Relatório CASA de 2021 do Instituto de Segurança Social (2022), em 1 de novembro de 2021, existiam 357 casas de acolhimento residencial em Portugal.

Em seguida, foi criada uma listagem com a totalidade das casas de acolhimento e, através da ferramenta Invertexto (<https://www.invertexto.com>), foi gerada uma lista aleatória. As primeiras dez casas identificadas pelo programa foram contactadas, tendo-se obtido resposta positiva de quatro destas.

Posteriormente, o consentimento informado foi preenchido por técnicos e crianças/jovens e foi promovida a autoadministração do protocolo, de forma presencial, individualmente e em local próprio, garantindo a privacidade e o anonimato das crianças e jovens.

Para facilitar o acesso à heterogeneidade das tipologias familiares, optou-se por uma recolha online para as crianças e jovens em contexto familiar. O estudo foi divulgado através das redes sociais (Facebook e Instagram). Os pais/mães/representantes legais que demonstraram interesse na participação dos filhos menores de 16 anos e os jovens entre 16 e 21 anos preencheram o consentimento informado e receberam o *link* do Google Forms, que foi restrito a uma resposta por endereço IP.

A recolha de dados ocorreu em 2022, entre junho e julho nas casas de acolhimento residencial e entre julho e setembro na plataforma Google Forms.

## Análise Estatística

A análise dos dados foi realizada com recurso ao programa IBM SPSS Statistics, versão 27, tendo sido definidas como variáveis dependentes a percepção de suporte social da família (PSS-FAM) e a percepção de suporte social dos amigos (PSS-PAR), e como variável independente, o contexto familiar/residencial ('Com quem habita').

Preliminarmente, foram testadas a homogeneidade das variâncias para as duas escalas através do teste de Levene, e a normalidade das distribuições de pontuações, com recurso ao teste de Kolmogorov-Smirnov. O

teste de distribuição da normalidade demonstrou que as variáveis PSS-PAR e PSS-FAM não seguiam uma distribuição normal ( $p < 0,01$ , para ambas as escalas) e que os grupos não apresentavam homogeneidade de variância (PSS-PAR,  $p < 0,01$ ; PSS-FAM,  $p < 0,05$ ), pelo que os pressupostos não se encontravam satisfeitos para a realização de testes paramétricos.

Seguidamente, foi realizada uma análise descritiva dos valores apurados em cada escala, incluindo a média, desvio-padrão, valores mínimos e máximos.

Para comparar as diferenças de perceção de suporte social de amigos e família entre os diferentes contextos familiares/ residenciais foi utilizado o teste  $H$  de Kruskal-Wallis para  $k$  amostras independentes (alternativa não-paramétrica), seguida de uma análise de comparações múltiplas (*post-hoc*) e respetiva significância ajustada.

## Resultados

Globalmente, as crianças e jovens apresentaram um suporte social percebido médio. O suporte social percebido em relação aos amigos (PSS-PAR) foi superior ao relativo à família (PSS-FAM) (Tabela 1). A comparação da perceção de suporte social entre os quatro grupos revelou que as crianças e jovens em casa de acolhimento apresentaram um nível mais baixo de suporte social percebido (nível médio inferior) do que os restantes grupos de crianças e jovens, que apresentaram um suporte social percebido superior (nível médio) em ambas as escalas.

**Tabela 1**

*Suporte Social Percebido em Crianças e Jovens Portugueses em Diferentes Contextos Familiares*

Variáveis	Com quem habita	<i>n</i>	<i>Md</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	Intervalo	$\chi^2$ , <sup>a</sup>	<i>gl</i>	Post-hoc <sup>b</sup>
PSS-PAR							47,89***	3	
	Casa de Acolhimento (A)	63	10	9,75	5,42	0–20			A < B, C***, A < D*
	Família Nuclear Intacta (B)	129	16	15,09	3,92	0–20			—
	Família Monoparental (C)	33	16	15,09	3,67	6–20			—
	Família Reconstituída (D)	25	15	13,68	4,22	1–19			—
	Total	250	—	13,6	4,89	0–20			
PSS-FAM							24,39***	3	
	Casa de Acolhimento (A)	63	10	9,25	6,26	0–20			A < B***
	Família Nuclear Intacta (B)	129	15	13,51	5,30	1–20			—
	Família Monoparental (C)	33	11	11,91	5,03	1–20			—
	Família Reconstituída (D)	24	9	10,29	5,51*	21–19			—
	Total	249	—	11,91	5,81	0–20			

Nota.  $N = 250$ . PSS-PAR = Escala de Perceção de Suporte Social dos Amigos; PSS-FAM = Escala de Perceção de Suporte Social da Família.

<sup>a</sup> Qui-quadrado da análise de Kruskal-Wallis.

<sup>b</sup> Teste de comparações múltiplas.

\*\*\* $p < 0,001$ . \* $p < 0,05$ .

Como se pode observar pela Tabela 1, verificaram-se diferenças estatisticamente significativas no suporte social percebido relativamente aos amigos entre os diferentes grupos de crianças e jovens. Os testes *post-hoc* revelaram que crianças e jovens residentes em casas de acolhimento percecionam um menor suporte social por parte dos pares comparativamente com as restantes crianças e jovens de outros contextos familiares.

No que se refere à percepção de suporte social familiar, verificaram-se igualmente diferenças estatisticamente significativas, com as crianças e jovens integradas em famílias nucleares intactas a apresentarem os valores mais elevados e as maiores diferenças face às que se encontram em casa de acolhimento.

## Discussão

Este estudo teve como objetivo comparar a percepção de suporte social em crianças e jovens portugueses e analisar como ela é influenciada pelo tipo de contexto familiar ou de acolhimento em que vivem.

A partir da análise dos dados, observou-se que as crianças e jovens integrados em acolhimento residencial apresentam uma percepção de menor suporte social, tanto em relação aos amigos como à família, quando comparados com as crianças e jovens enquadrados em outros contextos familiares. Estes resultados estão em consonância com a literatura, que tem demonstrado que crescer em família pode funcionar como um fator protetor em crianças e adolescentes (Gonçalves et al., 2016). De acordo com Bronfenbrenner (2011), a relação com uma pessoa que se preocupa genuinamente com a criança ou jovem e estabelece uma relação de proximidade com ela é um fator protetor para o seu desenvolvimento emocional, como também observado nos resultados deste estudo, onde crianças e jovens em famílias nucleares intactas apresentaram percepção de maior suporte social familiar.

Na mesma linha de pensamento, Lausten e Fredriksen (2016) defendem que o bem-estar subjetivo das crianças e jovens em acolhimento residencial é significativamente menor do que o das crianças que vivem em famílias de origem. Os mesmos resultados foram encontrados em outros estudos, que revelaram que as crianças e jovens em acolhimento apresentam maior fragilidade em termos de autoconceito, autoestima, percepção de suporte social dos pares e da família, e manifestam uma maior percepção de agressividade, tanto em nível geral quanto nas dimensões instrumental, afetiva e cognitiva (Gameiro et al., 2022a). A literatura também corrobora a percepção de menor suporte social por parte dos amigos demonstrada pelas crianças e jovens em acolhimento residencial, ao mostrar que a institucionalização pode influenciar a rede de apoio, especialmente no que se refere à percepção de proximidade e qualidade das relações (Siqueira & Dell’Aglío, 2010).

Além disso, no presente estudo, observou-se que as crianças e jovens integrados em acolhimento residencial têm uma percepção de menor suporte social familiar do que os jovens que vivem em famílias nucleares intactas. Estes resultados são suportados por Almeida (2014), que afirma que as famílias nucleares intactas apresentam níveis de coesão e adaptabilidade mais satisfatórios do que as outras tipologias familiares (monoparentais, reconstituídas e alargadas). No entanto, em relação às crianças e jovens em famílias monoparentais, não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas em comparação com as outras tipologias familiares, o que parece ser suportado por Lucas (2012), que conclui que as crianças de famílias monoparentais femininas têm uma percepção de forças familiares e suporte

social fortes. Por outro lado, Amaro (2005) considera que as crianças em famílias monoparentais têm uma maior falta de suporte parental em comparação com crianças em famílias com ambos os pais biológicos — o que também não se verificou no presente estudo.

No que concerne às famílias reconstituídas, Kennett (2001) concluiu que o funcionamento familiar dessas famílias é influenciado pela dinâmica do casal e pelo nível de concordância entre os membros relativamente aos valores parentais, o que parece sustentar os resultados da presente investigação, ou seja, que a percepção de menor suporte social familiar pode estar associada a essas variáveis e não à tipologia familiar propriamente dita.

## Limitações

Apesar de os resultados deste estudo fornecerem informações valiosas sobre a percepção de suporte social de crianças e jovens portugueses em diferentes contextos familiares, existem algumas limitações que devem ser consideradas ao interpretar os resultados.

Uma das principais limitações deste estudo é o tamanho reduzido da amostra em alguns dos subgrupos, como por exemplo no grupo de crianças e jovens em famílias reconstituídas. Embora o tamanho geral da amostra possa ter sido adequado para a análise estatística, tamanhos de amostra menores podem levar a resultados menos precisos e representativos da população. Além disso, uma amostra pequena pode levar a uma maior variabilidade nos resultados e reduzir o poder estatístico das análises, o que pode afetar a capacidade de detetar diferenças significativas entre os grupos. Estudos futuros podem beneficiar-se de um aumento do tamanho amostral, de forma a aumentar a representatividade e poder estatístico das análises. Além disso, a seleção dos participantes pode ter sido afetada por fatores como disponibilidade e disposição para participar no estudo, o que pode ter criado uma amostra não representativa. Por exemplo, as crianças e jovens em acolhimento residencial que participaram no estudo podem ter uma percepção de suporte social diferente daquelas que não participaram.

Outra limitação potencial deste estudo é que a percepção de suporte social foi medida por meio de questionários de autorrelato. Embora os questionários sejam uma forma comum de medir a percepção de suporte social, é possível que as respostas dos participantes tenham sido influenciadas por fatores como a autoimagem ou o desejo de fornecer respostas socialmente desejáveis. Estudos futuros podem considerar utilizar concomitantemente medidas de suporte social percebido por outros intervenientes para validar esses resultados.

Além disso, embora os grupos de participantes tenham sido selecionados de acordo com sua tipologia familiar, não foram considerados outros fatores que podem influenciar a percepção de suporte social, como o rendimento familiar, a educação dos pais ou a localização geográfica. Esses fatores podem ser importantes na compreensão da percepção de suporte social em crianças e jovens portugueses.

## Conclusão

Os resultados deste estudo evidenciam que as crianças e jovens em acolhimento residencial e em famílias reconstituídas apresentam uma menor percepção de suporte social quer por parte da família quer por parte dos pares, quando comparadas com aquelas que vivem em famílias biológicas. É, assim, essencial intervir

de forma transdisciplinar para promover habilidades pessoais e sociais, estimular as relações interpessoais e promover fatores protetores, visando o bem-estar dessas crianças e jovens. Os resultados deste estudo são coerentes com a literatura científica e enfatizam a importância da família como um fator protetor para o desenvolvimento emocional das crianças e jovens. Por conseguinte, políticas públicas devem ser desenvolvidas para melhorar o acolhimento residencial e para promover o bem-estar emocional e social desses jovens em Portugal.

**Conflito de interesses:** Nenhum dos autores tem um interesse ou lealdade concorrente ou duplo compromisso (crença financeira/pessoal que possa afetar a sua objetividade, ou influenciar o seu estudo).

**Fontes de financiamento:** Entidade Financiadora: Portugal Inovação Social. Cofinanciamento: POISE (Programa Ocupacional Inclusão Social e Emprego), PORTUGAL 2020; UE (União Europeia) – FSE (Fundo Social Europeu) e pelos Investidores Sociais: Associação Dom Pedro V; Câmara Municipal de Santarém; Diversey Portugal; Crédito Agrícola; Softgold. Parceiros: Instituto Politécnico de Santarém- Escola Superior de Educação de Santarém e Escola Superior de Desporto de Rio Maior; Universidade Lusófona- Instituto de Serviço Social e HEI Lab; Noémia Igreja, Lda.; Projeto Mya; Associação de Judo de Santarém.

**Contributos:** F.G e A.P. Conceptualização. P.F. Metodologia, Análise de Dados. P.F. e F.G Discussão; Revisão e Edição.

## Referências

- Almeida, I. (2014). *Configuração familiar, percepção de funcionamento familiar e autoconceito adolescente* [Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica, Instituto Superior Miguel Torga]. Repositório Institucional. <https://bit.ly/40lIEAN>
- Amaro, F. (2005). The family in Portugal: Past and present. Em J. Trost & B. Adams (Eds.). *Handbook of world families* (pp. 330–346). Sage Publications. <https://doi.org/j5mb>
- Bastos, C. (2022). Influência das múltiplas configurações de família em várias dimensões do desenvolvimento das crianças e adolescentes [Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde, Universidade do Porto]. Repositório Institucional. <https://bit.ly/3KG0LY5>
- Beardslee, J., Docherty, M., Yang, V. J. H., & Pardini, D. (2019). Parental disengagement in childhood and adolescent male gun carrying. *Pediatrics*, 143(4), Artigo e20181552. <https://doi.org/j6cj>
- Berridge, D., Luke, N., Sebba, J., Strand, S., Cartwright, M., Staples, E., McGrath-Lone, L., Ward, J., & O'Higgins, A. (2020). *Children in need and children in care: Educational attainment and progress*. University of Oxford, Department of Education/University of Bristol.
- Bester, S., & Malan-Van Rooyen, M. (2015). Emotional development, effects of parenting and family structure. Em J. Weight (Ed.), *International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences* (pp. 438–444). <https://doi.org/j6ck>
- Blair-Loy, M. (2003). *Competing devotions: Career and family among women executives*. Harvard University Press.
- Blakely-McClure, S., & Ostrov, J. (2016). Relational aggression, victimization and self-concept: Testing pathways from middle childhood to adolescence. *Journal of Youth and Adolescence*, 45, 376–390. <https://doi.org/f77f57>
- Breitkreuz, R., Williamson, D., & Raine, K. (2010). Dis-integrated policy: Welfare-to-work participants' experiences of integrating paid work and unpaid family work. *Community Work and Family*, 13(1), 43–69. <https://doi.org/bt79kv>
- Bronfenbrenner, U. (2011). *Bioecologia do desenvolvimento humano: Tornando os seres humanos mais humanos*. Artmed.
- Campos, J., Barbosa-Ducharne, M., Dias, P., Rodrigues, S., Martins, A. C., & Leal, M. (2019). Emotional and behavioral problems and psychosocial skills in adolescents in residential care. *Child and Adolescent Social Work Journal*, 36, 237–246. <https://doi.org/gkqzvp>
- Candeias, A., Portelada, A., Vaz-Velho, C., Galindo, E., Pires, H., Borralho, L., Grácio, L. Costa, N., Reschke, K., & Witruk, E. (2018). Multiple approaches to the study and Intervention in Stress. *Proceedings of the International Seminar: Multiple Approaches to the study and Intervention in stress*. Universidade de Évora.
- Carmo, C., Oliveira, D., Brás, M., & Faisca, L. (2021). The influence of parental perfectionism and parenting styles on child perfectionism. *Children*, 8(9), Artigo 777. <https://doi.org/h4kh>

- Carvalho-Simões, S., Inácio, F., & Espírito-Santo, H. (2022). Children's social and emotional behavior: Role of maternal emotion regulation, psychopathological symptomatology, and family functioning. *Análise Psicológica*, 40(1), 117–131. <https://doi.org/j5mq>
- Cook, K. (2012). Social support in single parents' transition from welfare to work: Analysis of qualitative findings. *International Journal of Social Welfare*, 21(4), 338–350. <https://doi.org/bbj33f>
- Dalbem, J., & Dell'Aglio, D. (2008). Apego em adolescentes institucionalizadas: Processos de resiliência na formação de novos vínculos afetivos. *Psico*, 39(1), 33–40. <https://bit.ly/3owjFN8>
- De Lange, M., & Dronkers, J. (2018). Single parenthood and children's educational performance: Inequality among families and schools. Em Nieuwenhuis, R. & Maldonado, L. (Eds.), *The triple bind of single-parent families* (pp. 125–144). Policy Press.
- Del Prette, Z., & Del Prette, A. (2005). *Psicologia das habilidades sociais na infância: Teoria e prática*. Vozes.
- Edin, K., & Kefalas, M. (2005). *Promises I can keep: Why poor women put motherhood before marriage*. University of California Press.
- Ferreira, M., & Marturano, E. (2002). Ambiente familiar e os problemas do comportamento apresentados por crianças com baixo desempenho escolar. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 15(1), 35–45. <https://doi.org/bw823h>
- Foran, H., Mueller, J., Schulz, W., & Hahlweg, K. (2022). Cohabitation, relationship stability, relationship adjustment, and children's mental health over 10 years. *Frontiers in Psychology*, 12, Artigo 746306. <https://doi.org/j6cb>
- Gameiro, F., Ferreira, P., Pedro, A., & Rosa, B. (2022a). Ajustamento psicoemocional e relacional de crianças e jovens com medida de acolhimento residencial. Em J. Serrão, M. Neves, H. Bracons, J. Brás, & A. Cabral (Eds.), *E-book II Congresso Internacional Humanismo, Direitos Humanos e Cidadania* (pp. 291–299). Edições Universitárias Lusófonas.
- Gameiro, F., Ferreira, P., & Pedro, A. (2022b). Ajustamento psicoemocional de crianças e jovens portugueses integrados em distintas tipologias de agregado. Em M. Bermúdez-Vásquez & A. Chaves-Montero (Coords), *Investigación y transferencia de las ciencias sociales frente a un mundo en crisis* (pp. 196–214). Dykinson S.L.
- Golombok, S., Zadeh, S., Freeman, T., Lysons, J., & Foley, S. (2021). Single mothers by choice: Parenting and child adjustment in middle childhood. *Journal of Family Psychology*, 35(2), 192–202. <https://doi.org/j5pg>
- Gonçalves, M., Baptista, M., & Farcas, D. (2016). IPSF: Análise da estrutura interna em uma amostra de jovens adultos portugueses. *Avaliação Psicológica*, 15(1), 115–123. <https://bit.ly/41wMqaY>
- Gouveia, P., Leal, I., Cardoso, J., & Nunes, A. (2015). Contributos para a adaptação e aferição de duas medidas de suporte social. *Psicologia, Saúde e Doenças*, 16(3), 386–391. <https://doi.org/j5ph>
- Harkness, S., & Salgado, M. (2018). Single motherhood and child development in the UK. Em R. Nieuwenhuis & L. Maldonado (Eds.), *The triple bind of single-parent families* (pp. 101–124). Policy Press.
- Instituto de Segurança Social. (2022). *Relatório CASA 2021*. ISS. <https://bit.ly/3mJzjEb>
- Keim, S. (2017). Are lone mothers also lonely mothers? Social networks of unemployed lone mothers in Eastern Germany. Em L. Bernardi & D. Mortelmans (Eds.), *Lone parenthood in the life course* (pp. 111–140). Springer Open.
- Kennett, J. (2001). *Perceived parental roles in stepfamilies implications for family cohesion and functioning* [Master Thesis in Arts, Faculty of Education - Simon Fraser University]. Institutional Repository. <https://bit.ly/4ofWMdX>
- Lausten, M., & Fredriksen, S. (2016). Do you love me? An empirical analysis of the feeling of love amongst children in out-of-home care. *Scottish Journal of Residential Child Care*, 15(3), 90–103. <https://doi.org/j5mh>
- Letablier, M., & Wall, K. (2017). Changing lone parenthood patterns: New challenges for policy and research. Em L. Bernardi, & D. Mortelmans (Eds.), *Lone parenthood in the life course* (pp. 29–54). Springer Open.
- Lorijn, S.J., Engels, M.C., Huisman, M., & Veenstra, R. (2022). Long-term effects of acceptance and rejection by parents and peers on educational attainment: A study from pre-adolescence to early adulthood. *Journal of Youth and Adolescence*, 51, 540–555. <https://doi.org/gm77r7>
- Lucas, M. (2012). *Forças nas famílias monoparentais femininas* [Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica, Instituto Superior Miguel Torga]. Repositório Institucional. <https://bit.ly/3n1sRZy>
- Meier, A., Musick, K., Flood, S., & Dunifon, R. (2016). Mothering experiences: How single-parenthood and employment structure the emotional valence of parenting. *Demography*, 53(3), 649–674. <https://doi.org/f8pjgz>
- Miklikowska, M., Tilton-Weaver, L., & Burk, W. J. (2022). With a little help from my empathic friends: The role of peers in the development of empathy in adolescence. *Developmental Psychology*, 58(6), 1156–1162. <https://doi.org/gpr8db>

- Nomaguchi, K., Milkie, A., & Bianchi, S. (2005). Time strains and psychological well-being. Do dual-earner mothers and fathers differ? *Journal of Family Issues*, 26(6), 756–792. <https://doi.org/bkb763>
- Oliveira, S., & Próchno, C. (2010). A vinculação afetiva para crianças institucionalizadas à espera de adoção. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 30(1), 62–84. <https://doi.org/gf4twf>
- Papalia, D., & Feldman, R. (2013). *Desenvolvimento humano* (12ª ed). Editora McGraw-Hill.
- Peixoto, F. (2004). Qualidade das relações familiares, auto-estima, autoconceito e rendimento académico. *Análise Psicológica*, 1(XXII), 235–244. <https://doi.org/j5mj>
- Procidano, M., & Heller, K. (1983). Measures of perceived social support from friends and from family: Three validation studies. *American Journal of Community Psychology*, 11(1), 1–24. <https://doi.org/dtdwqp>
- Qi, W. (2019). Harsh parenting and child aggression: Child moral disengagement as the mediator and negative parental attribution as the moderator. *Child Abuse & Neglect*, 91, 12–22. <https://doi.org/gf349b>
- Ramos, N. (1993). *Maternage en milieu portugais autochtone et immigré. De la tradition à la modernité. Un étude ethnopsychologique* [Tese de Doutorado, Universidade de René Descartes]. Repositório Institucional. <https://www.theses.fr/1994PA05H022>
- Rodrigues, S., & Barbosa-Ducharne, M. (2017). Residential child and youth care in Portugal: Current challenges and the need for quality care assessment. Em T. Islam & L. Fulcher (Eds.), *Residential child and youth care in a developing world. European perspectives* (pp. 356–366). The CYC-Net Press.
- Sigal, J., Perry, J., Rossignol, M., & Ouimet, M. (2003). Unwanted infants: Psychological and physical consequences of inadequate orphanage care 50 years later. *American Journal of Orthopsychiatry*, 73(1), 3–12. <https://doi.org/bqtgb7>
- Siqueira, A., & Dell’Aglia, D. (2010). Crianças e adolescentes institucionalizados: Desempenho escolar, satisfação de vida e rede de apoio. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26(3), 407–415. <https://doi.org/emnbfr>
- Villalobos, A. (2014). *Motherload. Making it all better in insecure times*. University of California Press.